

EBSERH ainda não veio - Comunidade quer rediscutir adesão à empresa

HU/UFJF continua sofrendo contenções

Depois de quase seis meses, desde que o CONSU/UFJF passou por cima do plebiscito e decretou a adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) como tábua de salvação do Hospital Universitário, os problemas da unidade continuam se agravando.

O Comitê em Defesa do HU afirma que a EBSERH não virá, enquanto outras unidades encampadas pela empresa não começarem a dar lucro, e pede a volta do debate sobre a adesão dentro do Conselho Universitário.

A adesão à empresa ataca a autonomia universitária, pode privilegiar planos de saúde em detrimento do atendimento à população e vai precarizar condições de trabalho dentro do Hospital.

PÁGINA 6



Sara Granneman explica porque a Funpresp deve ser rejeitada

PÁGINAS 4 e 5

Governo procura ANDES-SN, preocupado com baixa adesão à Funpresp, pág. 2

Educação Básica deve entrar no debate do sindicato

PÁGINA 3

Movimento Social de Juiz de Fora protesta contra perseguição a docente, pág. 2

PÁGINA 8 - Leia o artigo "A experiência no continente africano!", escrito pelo professor do ICH Luiz Gibier

POESIA DO CORPO

Priscilla de Paula

Docente organiza Festival Artes do Corpo e fala sobre a performance como arte contemporânea



PÁGINA 7

Editorial

Passados quase seis meses da decisão do CONSU da UFJF que – ao arrepio de sua tradição democrática e desprezando o resultado do plebiscito – deliberou pela adesão à EBSEH, as unidades hospitalares da UFJF seguem vivendo os mesmos problemas para os quais a EBSEH seria a tão esperada solução. Persiste a falta de recursos para a aquisição de materiais básicos, assim como persiste a falta de funcionários, o que compromete, significativamente, o atendimento de qualidade à população e o cumprimento de sua função acadêmica.

Além disso, há uma verdadeira falta de informação à Comunidade Acadêmica sobre o andamento do processo de diagnóstico, das metas gerenciais e sobre os termos da contratação, não só por parte da própria empresa como também por parte da Administração da UFJF. Ainda que o CONSU tenha decidido entregar a administração das unidades hospitalares da Universidade a uma

empresa privada, é necessário prestar contas à Comunidade, pois, ainda que se tenha mudado o gestor, a fonte de recursos, a princípio, ainda é o fundo público.

Mobilizados por essa situação, a APESJF e o SINTUFEJUF, no último dia 28/08, entregaram à reitoria da Universidade uma carta em que reivindicam que o assunto EBSEH seja pautado novamente no CONSU.

Esse, e outros temas como, por exemplo, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP-EXE) – à qual a categoria docente, dentre as categorias do serviço público federal, é a que apresenta o menor índice de adesão, graças aos alertas feitos pelo Sindicato – e as tentativas de abrir negociações com o MEC sobre o projeto de carreira docente do ANDES-SN, além das condições de trabalho continuam, cada vez mais, na ordem do dia, e mobilizando os docentes.

A diretoria

Não deu na imprensa

Movimento Social de Juiz de Fora segue em solidariedade ao professor André Nogueira

A audiência que marcaria o julgamento do professor estadual André Nogueira, no dia 02 de outubro, foi adiada na última hora pelo poder judiciário, frustrando dezenas de manifestantes, que se aglomeravam nos corredores do tribunal.

André está sendo acusado de desobediência civil, durante manifestação estudantil que apoiava a greve dos professores em 2011.

O movimento dos trabalhadores, ativistas e movimentos sociais de Juiz de Fora organiza uma campanha de solidariedade ao professor e contra a criminalização dos movimentos sociais.

Nova audiência

ainda não foi marcada, no entanto, os manifestantes prometeram um número ainda maior de apoiadores da causa do professor.

Em manifesto divulgado à população de Juiz de Fora, o Sind-UTE, apoiado por sindicatos e entidades da sociedade civil organizada relata que: “Quase dois anos depois, o professor André pode ser condenado a seis meses de detenção. Em um ato pacífico, a Polícia Militar, a comando do governo, agiu com truculência e ameaça aos alunos, incluindo a tentativa de agressão física aos manifestantes.

Ao evitar o atropelamento dos alunos, provocado pela Polícia Militar, o professor André foi jogado ao chão e detido de forma brutal, ficando algemado por cerca de duas

horas, o que lhe ocasionou vários hematomas pelo corpo”, informa o manifesto.

Um abaixo assinado cobrando a imediata absolvição do professor circula pelas redes sociais e escolas.

Movimento Mulheres em Luta

Entre os dias 4 e 6 de Outubro o ANDES-SN realiza o 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta. O evento, que se realiza em Belo Horizonte, vai ser marcado por um ato político de abertura no dia 4/10 às 19h. O Encontro é promovido pelo Movimento Mulheres em Luta.

ANDES-SN

Governo se preocupa com baixa adesão à Funpresp

O governo está preocupado com a baixa adesão de docentes à Funpresp, a informação é da própria Fundação, que juntamente com representantes dos Ministérios da Previdência, Planejamento e da Educação – MPAS, MPOG e MEC -, procurou o ANDES-SN em busca de diálogo, em reunião realizada no dia 18 de setembro.

Cartilha

A campanha protagonizada pelo ANDES-SN foi importante para a alta rejeição dos docentes. Em média, apenas 7% dos novos professores fizeram a adesão”, afirmou o presidente do Funpresp-Exe, Ricardo Pena.

A campanha teve a produção de materiais como a cartilha, enviada pela APESJF pelo correio aos docentes do IF Sudeste MG e da UFJF, além do panfleto e o cartaz, que mostram a realidade da Funpresp.

O material evidencia os riscos e o caráter de desresponsabilização do Estado, protagonizado pelo Fundo .

“A leitura da cartilha induz o servidor a não aderir ao Funpresp”, reconheceu o secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, Jaime Faria Junior

Missão cumprida

O governo afirmou na reunião também que os docentes têm procurado a Fundação para esclarecer alguns pontos sobre a adesão. O 2º tesoureiro do ANDES-SN e encarregado de Assuntos de Aposentadoria, Almir Menezes Filho, ressalta que o resultado é positivo. “A procura mostra que a cartilha já cumpriu um dos seus objetivos, de levantar a discussão e provocar debates”, explica.

Problema recorrente

Ora, se o regime advindo com o FUNPRESP, misto de um regime de repartição simples com um regime de capitalização representa, para o Governo, a solução de todos os problemas atuais, é absolutamente necessário que houvesse algum estudo que apontasse o valor do teto do benefício do RGPS quando os novos servidores passarem a se aposentar, sob pena de a reforma se tornar inócua. Se hoje se alega que não há servidores ativos para sustentar o regime de previdência como concebido originalmente na Constituição, e se não há um estudo que aponte a progressão do valor do benefício do teto do RGPS, que permanece como valor garantido de pagamento pelo Regime Próprio de Previdência, há um evidente risco que nas próximas décadas o Governo se depare com a mesma problemática alegada atualmente.

Somos contra

A direção do sindicato reafirmou a posição contrária do ANDES-SN em relação ao Funpresp. As inseguranças sobre o Fundo, a retirada de direitos dos trabalhadores e a posição do governo em transferir a responsabilidade da Previdência Social para uma entidade privada foram destacadas pelo encarregado de Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN na reunião.

Expediente

O Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do ANDES-SN (APESJF-SSind)

Redação e diagramação: Daniel Goulart Estagiário: Bruno Stephan / Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem: 1600 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 / Tel-Fax: (32) 3215-1286 / Site: apesjf.org.br / Email: faleconosco@apesjf.org.br

Presidente: Paulo César de Souza Ignácio (IF Sudeste MG/JF) / Vice-presidente: Agostinho Beghelli Filho (João XIII) / 1ª Secretária: Zuleyce Maria Lessa Pacheco (Enfermagem) / 2ª Secretária: Amanda Pinheiro (IF Sudeste MG/JF) / 1º Tesoureiro: Joacir Teixeira de Melo (ICH) / 2ª Tesoureira: Maria Aparecida de Araújo (Aposentada)

Governo não investe recursos suficientes Pelos 10% do PIB na educação

Docentes ressaltam necessidade de ampliar debate sobre educação básica

Seminário, organizado pelo ANDES evidenciou necessidade de mobilização para cobrar do estado uma efetiva política educacional com condições dignas de trabalho para docentes

Evidenciando a necessidade de incrementar o debate sobre o papel do Estado em relação à educação Básica e seguindo determinação do 32º Congresso do ANDES, a diretoria do ANDES-SN com apoio da Regional Sudeste e da ASPUV (Seção Sindical dos Professores da Universidade Federal de Viçosa), realizou, entre os dias 13 e

15 de setembro, o III Seminário Estado e Educação do ANDES-SN.

O professor Agostinho Beghelli Filho, que representou a APESJF no encontro, relata que, durante as discussões, os docentes deixaram claro o desinteresse do governo em relação à educação básica nas IFE. Para professores e professoras presentes ao encontro, as políticas hoje implementadas pelos governos não atendem às expectativas de formação de professores para a educação básica de boa qualidade. “Principalmente quando investem em programas de formação aligeirada, de teor quantitativo, quando não realizam os investimentos suficientes para a qualidade na educação; quando

sinalizam atingir o índice de 10% do PIB para educação somente em 2023 e, por fim, quando não atendem às expectativas de formação continuada, planos de carreiras e salários e condições de trabalho dignas”, resume Beghelli.

Desde a sua criação, o seminário tem como foco preencher uma lacuna em relação ao debate sobre o papel do Estado em relação à educação básica. Com base em análises das políticas públicas para educação, os mais de 80 participantes, entre professores, técnico-administrativos e estudantes, discutiram basicamente três eixos: Condições de trabalho, focando a precarização e a intensificação do trabalho; Política de Financiamento e

Política de Formação onde foi debatido o papel do Estado na formação docente e no financiamento da educação.

Beghelli afirma que o debate deve continuar dentro das instâncias do ANDES - Sindicato Nacional e também em próximos eventos, dada a importância do tema para um sindicato formado por educadores. “Podemos adiantar que os encaminhamentos que subsidiarão o GTPE (Grupo de Trabalho de Política Educacional) do ANDES-SN giram em torno da necessidade de uma política de formação docente que atenda a uma formação teórica alicerçada na relação teoria-prática, na interdisciplinaridade, na

formação cultural e no compromisso social, ético e político da docência”.

““

O debate deve continuar dentro das instâncias do ANDES e também em próximos eventos, dada a importância do tema para um sindicato formado por educadores

Construindo a educação debate está na essência do ANDES-SN

Presidente da APESJF participou de debate sobre formação docente

É papel dos docentes, e seu sindicato defender e levar a educação para além dos objetivos capitalistas

O presidente da APESJF, Paulo César Ignácio, participou de uma das mesas do seminário, ao lado de Márcia Fontes, Vice-presidente da Regional Leste, e Cristina Miranda, da Federal do Rio de Janeiro, além do professor Rubens Luiz Rodrigues (Reg. Leste) como mediador, debatendo a “Política de formação docente e EBTT : o papel dos CAP e dos IF”. Para Paulo César, eventos como esse são parte da essência do ANDES-SN.

“Especialmente nos dias de hoje, em que o Capital e a burguesia se apropriam de conceitos caros aos fundamentos do pensamento marxiano, ressignificando-os e

alinhando-os aos seus interesses. O cenário em que se constituiu, desde o início da década de 1990, o novo padrão produtivo, tecnológico e organizacional, o qual se denominou como regime de acumulação flexível, e que levou o Capital e seus aliados históricos a defender a ampliação da base de conhecimentos para as políticas de formação humana, no plano mais geral, e da formação da força de trabalho, em um plano mais específico, ajustando-as aos seus interesses, é o mesmo cenário em que o contraditório também pode se constituir”.

Paulo argumenta que para que esse espaço possa surgir, é preciso ampliar a capacidade docente de fazer esse debate, tentando levar essas políticas para além dos limites impostos pelos interesses do capital.

“Pois, sob sua égide, esses ajustes não vão representar outra coisa senão

a intensificação da exploração da força de trabalho. Se esse é um Sindicato que formula, na perspectiva da construção

de uma outra forma de organizar a sociedade e a produção – uma forma em que o homem e suas necessidades fundamentais

esteja sempre em primeiro lugar – fazer debates como esses, que se realizaram durante este Seminário, está na nossa essência”, finalizou



Professor Paulo César Ignácio falando na mesa sobre formação docente



“A Funpresp é uma operação

A Funpresp, fundo de pensão instituído pelo governo, tenta seduzir docentes, mas vai levar a contribuição de seus associados à jogatina do mercado financeiro. A especialista em previdência Sara Granemann, da UFRJ, fala ao TRAVESSIA sobre o assunto

1 – Porque os trabalhadores devem rejeitar a Funpresp?

Há várias razões para a rejeição, dentre as quais as mais importantes: a) porque a previdência complementar é uma não-previdência; é uma operação financeira que captura recursos mensais dos trabalhadores e os converte em capital fictício aplicado em ações de empresas e em títulos públicos do Estado brasileiro. O recolhimento de recursos dos trabalhadores realiza-se ao longo de toda uma vida laboral e sua "garantia" está hipotecada à especulação, negócio que o próprio "mercado" considera de risco por ser uma aposta que, para alguns, pode resultar em êxito e, para outros, (para a maioria) em desastres e perdas significativas de suas contribuições. Esta é a razão central para não se a considerar previdência. A assim chamada "Previdência Complementar" pode apresentar-se sob a forma fechada (ou fundo de pensão) por dizer respeito ao universo de uma categoria profissional, funcionários públicos, bancários, metalúrgicos, etc., (caso da FUNPRESP) ou previdência complementar aberta (oferecida por bancos e seguradoras) e que são de "alcance" individual desde que o comprador desta mercadoria tenha a capacidade de depositar o valor contratado todos os meses; na maioria dos contratos, a impossibilidade de realizar o depósito contratado com regularidade mensal, provoca perdas significativas ao "poupador". Como se vê, não



“

...porque a previdência complementar é uma não-previdência; é uma operação financeira que captura recursos mensais dos trabalhadores e os converte em capital fictício aplicado em ações de empresas e em títulos públicos do Estado brasileiro

pode ser considerada previdência uma forma de transferência de parte do salário do trabalhador para algo que não lhe assegure uma velhice com dignidade e que não lhe garante nenhuma certeza aposentadoria; b) porque a previdência complementar não é garantida pelo Estado em caso de quebra ou de prejuízos; não é garantida

pelo Estado – que apenas contribui como qualquer outro patrão – por ser uma aplicação financeira direcionada ao mercado de capitais, a previdência complementar não é e não poderia ser porque não há como defender que o Estado deva salvar os negócios privados, ainda que o faça com certa regularidade como o vimos transferir montantes estratosféricos para o salvamento de bancos e indústrias em todo o mundo.

Diferente foi o tratamento dispensado aos pobres e aos trabalhadores em geral, no caso das falências das famílias que, nos Estados Unidos, haviam tomado empréstimos para a compra de suas habitações. Para elas, nenhum salvamento foi-lhes oferecido; ao contrário: executaram-se as hipotecas e as famílias perderam suas moradias. Todavia, à despeito de toda a insegurança que acompanha as operações típicas dos mercados de capital e financeiro, não há como desconhecer a força da enorme operação quotidiana que combina a ilusória forma da propaganda (todos são

felizes, saudáveis e lindos nos prospectos, sítios e páginas eletrônicas da previdência privada) com a coerção/constrangimento embutida na imparcial página de gerenciamento de nossa vida de servidores públicos federais, presente no sistema SIAPE: ali o pretexto de preocupação com o futuro das aposentadorias dos servidores estimula-se a compra (sob o eufemismo, adesão) de uma mercadoria que poderá trazer os maiores riscos para a vida futura do trabalhador que se associar à previdência complementar. A difusão ideológica de que as aposentadorias públicas dos servidores públicos (Regime Próprio de Previdência Social) e dos trabalhadores imediatamente contratados pelo capital (Regime Geral de Previdência Social, popularmente conhecido por INSS), é deficitária, difunde inverdades e provoca o medo no trabalhador de não ter a cobertura pública de aposentadoria para a qual contribui ao longo de anos e décadas, na fase mais frágil de sua vida: ao envelhecer. A razão para tal manipulação é cristalina: se a previdência social for crível, verossímil,

“

FUNPRES, EBSE, Fundações, fundos de investimento privados na educação, etc., são frentes novas da mercantilização da vida social em curso nos dias presentes

que trabalhador fará de sua velhice uma aposta no mercado de capitais e em especulações inseguras? Para a previdência complementar constituir-se uma “alternativa” à previdência pública o regime de aposentadorias e pensões público deve ser, sistemática e continuamente, atacado, empobrecido e desacreditado.

Insisto: um sistema de aposentadorias que respeitasse integralidade e paridade de salários entre

Professores da Escola que tar ao mov

ativos e teto acin pelo IN se pratic mundo, para o é privada.

social b superav fiscais d trabalh por efeti previdê é absolu exitosa;

c) poro federal no servi institui que ten direito à integral associe perderá direito à integral partir de ao draco prescrito DE 30 I 2012,co manifes II, §§ 2º instrum atrair os ingressa público

O financeira de risco’

Sora Sara Granemann,
Bolsa de Serviço Social da UFRJ,
também milita junto
movimento sindical docente



aposentados e tivesse
ma dos valores pagos
SS, a exemplo do que
ca e vários países pelo
não haveria espaço
xito da previdência

A previdência
brasileira é
itória nas contas dos
a fazenda[1] - os
adores responsáveis
uarem as contas da
ncia – ali, provam: ela
ta e largamente

que o servidor público
que tenha ingressado
ção público antes da
ção da FUNPRESP e
a assegurado o
à aposentadoria
uma vez que se
à FUNPRESP
imediatamente o
à aposentadoria
nos termos da lei. A
e então, submeter-se-á
oniano regime
o na LEI Nº 12.618,
DE ABRIL DE
m especial relevo ao
to no artigo 3º, inciso
, 3º e 8º. Tais
entos jurídicos visam
servidores que
ram no serviço
antes de 2013, e que,

portanto, tem assegurada a
aposentadoria integral, por
meio da instituição de um
assim denominado
“benefício especial”. O
“benefício especial”
permitiria calcular e
incorporar à previdência



Me parece muito curioso que investimentos absolutamente inseguros em mercados de capitais tenham de ser nominados por “previdência complementar” e, igualmente, que uma empresa que pretende apartar os Hospitais Universitários das Universidades Federais tenha de ser chamada de “brasileira”

complementar (a FUNPRESP) uma parte das contribuições já efetivadas para fins de alcance da aposentadoria integral. Note-se que este “benefício especial” contém várias armadilhas redutoras do valor da aposentadoria realizadas por intermédio de um cálculo relativamente complexo aos não especialistas ou matemáticos e que considera inclusive as diferentes condições do trabalhador docente (ensino fundamental e médio, superior, homem e mulher) para aplicar-lhe regras e exigências mais duras (para as aposentadorias que exigem 25 anos, a especial para docentes de ensino fundamental e médio) ou menos duras (para homens), mas todas igualmente com imposição de perdas significativas no valor da aposentadoria. Todavia, ainda pior, é constatar que uma vez tomada a decisão por ingressar na FUNPRESP decorre não somente a renúncia da aposentadoria integral: a “opção” uma vez efetuada é “irrevogável e irretirável”; dito de outro modo, dela não se poderá recorrer, sequer com a alegação de desconhecimento da lei. Neste sentido, para os servidores já no serviço público antes da criação da FUNPRESP em 2013, a lei é muito mais perversa: aos novos servidores filiados ao FUNPRESP desavisada ou coercitivamente, poderão, com perdas de suas contribuições, romper com o fundo e tentar outras alternativas; aos “antigos” servidores fazer a “opção” pela FUNPRESP implica na perda definitiva da aposentadoria integral..

2 – O ANDES tem empreendido as lutas contra a EBSEERH, REUNI, fundações, PL 4330, entre outros ataques. Colocar os trabalhadores sempre na defensiva é uma tática usada pelo capital?

Não me parece que seja apenas – e isto não seria pouco – por razões políticas que estes ataques ocorrem. Sem descuidar de reconhecer



A difusão ideológica de que as aposentadorias dos servidores públicos é deficitária, difunde inverdades e provoca o medo no trabalhador

que a política e a economia aparecem como fenômenos autonomizados da vida social quando interessa cultivar “colaboração” nas relações sociais entre as classes sociais, gostaria de enfatizar a dimensão econômica destes ataques: constituem-se componentes fundamentais para os capitais equilibrarem sua lucratividade e/ou encontrarem espaços novos para inversão de seus lucros.

Ainda que não possa desenvolver tal argumento no espaço desta rápida entrevista, chamaria atenção para o vizinho colapso ambiental – mas não só – do consumo de mercadorias das chamadas 2a e 3a revoluções industriais; sem possibilidade de continuar a rota ascendente de produção-consumo de tais mercadorias, os capitais estão em busca de “outras mercadorias” para sua valorização. FUNPRESP, EBSEERH, Fundações, fundos de investimento privados na educação, etc., são frentes novas da mercantilização da vida social em curso nos dias presentes. A ofensiva, para mim, possui dupla e complementar motivação.

3 – O governo federal tem adotado um tipo de privatização do estado, feita de dentro para fora, como o caso da EBSEERH, da tentativa de legalizar as Fundações ditas de Apoio etc. Esse é mais um caso?

Na lógica de sua pergunta a privatização pode ocorrer de “dentro para fora” talvez faça remissão à transferência de fundo

público das políticas sociais aos capitais. Tenho diferenciado as privatizações de dois modos:

1) - as clássicas que consistiriam naquelas realizadas, por exemplo, por meio de um leilão, como o foram as “vendas” das ex-estatais e que são imediatamente perceptíveis como transferência de patrimônio público aos capitais.

2) – as não-clássicas. Estas “transferências” do patrimônio público aos capitais são mais dificilmente assimiláveis pelos trabalhadores e população usuária das políticas sociais, mesmo nos casos em que a população seja crítica ao atendimento que recebe nestas políticas sociais de que são exemplos a saúde e a educação públicas.

Entretanto, esta mesma população sabe que somente aí ela é atendida e que não o será em outro lugar, por exemplo nas instituições de educação e saúde privadas que lhes são interdidas por não poderem pagar. A privatização nestas políticas sociais não pode ser aberta e clássica pelo potencial de “mobilização” que poderiam catalisar. A mim me parece muito curioso que investimentos absolutamente inseguros em mercados de capitais tenham de ser nominados por “previdência complementar” e, igualmente, que uma empresa que pretende apartar os Hospitais Universitários das Universidades Federais tenha de ser chamada de “brasileira”. Aqui reside uma importante tática do Estado do capital: para realizar o contrário do público, isto é para privatizar sem desencadear fenômenos similares aos do inverno quente de junho/julho de 2013, os governantes obrigam-se aos malabarismos de ter de chamar de público ao que querem entregar ao privado. De outro modo, certamente, não lhes seria possível realizar sem que contabilizassem graves prejuízos políticos aos seus partidos e projetos de sociedade.

Em defesa do HU Comunidade quer rediscutir EBSERH

Hospital Universitário continua sofrendo contenções

Depois de um processo antidemocrático de adesão à EBSERH, Hospital Universitário continua sofrendo com problemas no atendimento e condições precárias

Quase seis meses após a maioria dos membros do Consu decidir que a EBSERH era a solução para os problemas do Hospital Universitário da UFJF, a situação em suas duas unidades continua muito precária com a falta de funcionários, com trabalhadores apreensivos, falta de material para a realização de atendimentos como injeções etc “até mesmo papel higiênico chegou a faltar. O pessoal continua atendendo, mas de modo precário”, relata Maria Ângela Ferreira Costa, que trabalha na lavanderia do Hospital Santa Catarina.

O nome do setor já foi até mudado para rouparia, já que o serviço foi quase todo terceirizado.

“E mesmo aqui já teve falta de roupas, lençol etc. Na enfermaria é um dos pontos mais complicados. E há muitas outras dificuldades que as pessoas passam por aqui mas preferem não falar por medo”, explica.



Maria Ângela Ferreira trabalha na rouparia do Hospital Universitário da UFJF

Comunidade quer debater EBSERH novamente

Diante da situação atual do Hospital o Comitê em Defesa do HU/UFJF propõe, em ofício entregue à Reitoria, a volta do debate sobre a adesão à EBSERH dentro Conselho Universitário, já que o contrato com a empresa ainda não foi assinado e o quadro de precarização no Hospital se alonga. A EBSERH, além de todos os problemas como ataque à autonomia universitária e os riscos de privatização dos serviços também tem apresentado problemas na

prática

“A EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) e a Direção do Hospital Universitário do Piauí não estão honrando o contrato de prestação de serviços celebrado com o Gestor do SUS em Teresina”, a afirmação consta no comunicado de auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, do Ministério da Saúde.

De acordo com a nota técnica elaborada por solicitação do Ministério

Público Federal do Piauí, a Ebserh e a Direção do Hospital Universitário do Piauí, vinculado à Universidade Federal do Piauí (UFPI), não implantaram até o momento os serviços previstos no plano contratual.

No HU/UFJF, além do sumiço da empresa, os preparativos para a adesão não dão boas notícias aos funcionários.

No dia 28 de maio, a direção do Hospital Universitário se reuniu com a Chefia de Serviços para

discutir as mudanças advindas da implantação da EBSERH. O HU fornecia, naquele momento, dados para EBSERH no que se refere à estrutura física e de pessoal.

Uma das notícias era que a EBSERH estava pressionando para a redução de 20 por cento na folha de pagamento. Com relação aos contratos, foi informado que a empresa não aceitava a carga horária de 30h e que estudava redução de salário caso não fosse possível reverter a situação.

Pressão pela adesão paralisou até a unidade Dom Bosco do HU

A opção pela adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares desrespeitou decisão aprovada em plebiscito realizado na unidade, quando quase 1.000 pessoas disseram NÃO à privatização do HU.

A empresa, acusada pela comunidade universitária como uma porta para a privatização, que tem no lucro seu objetivo principal, é considerada um atentado à autonomia universitária.

No calor do debate, mal realizado, sobre a EBSERH, a empresa era

apontada como saída única, dada a chantagem governamental e a promessa de dias muito piores, caso a comunidade não a aceitasse como tábua de salvação. “Um exemplo dessa pressão foi o fechamento da Unidade Dom Bosco do HU, como forma de pressão pela adesão à EBSERH. Nunca conseguimos fazer isso, nem em momentos de greve ou mobilização. No entanto, até mesmo este tipo de atitude foi tomada”, relembra Maria Ângela Ferreira, que trabalha na unidade do HU Santa Catarina.

O Técnico

Administrativo Flávio Sereno acha que a situação tende a se alongar. “A notícia que temos é que a EBSERH não tem dinheiro pra assumir o HU da UFJF esse ano, o que confirma o que o Comitê em Defesa do HU sempre disse desde o início. A EBSERH não traz dinheiro novo. Pelo menos não dinheiro público”, afirma.

Flávio argumenta que a situação evidencia o caráter privatizante da Empresa. Segundo ele, quando os hospitais que a EBSERH já está começando a administrar esse ano começarem a gerar caixa,

devido aos recursos que chegarão pelo ressarcimento pelo atendimento a clientes de planos de saúde, a empresa poderá ter uma folga financeira pra assumir outros HU's como o da UFJF.

“Isso confirma nossa tese de que o que vai complementar o financiamento dos Hospitais Universitários é o dinheiro privado, dos clientes de planos de saúde que serão vistos como fonte de recursos para a EBSERH. Daí para concluirmos que estes terão preferência no atendimento é apenas um passo de raciocínio simples”, conclui.

“

...é o dinheiro privado, dos clientes de planos de saúde que serão vistos como fonte de recursos para a EBSERH. Daí para concluirmos que estes terão preferência no atendimento é apenas um passo de raciocínio simples



Priscilla de Paula Professora do IAD

Docente explora poesia do corpo

Festival de Artes do Corpo se realiza em novembro, reunindo performances e outras manifestações. O evento tem estudantes e docentes na organização.

A poesia do corpo é o caminho artístico preferido da professora Priscilla de Paula, que dá aulas no Instituto de Artes e Design da UFJF e organiza o Festival de Artes do Corpo (FAC). Um evento anual onde as poéticas centradas no corpo são discutidas e apresentadas num espaço de interação e experimentação. Em sua Segunda edição, o evento se realiza nos dias 08, 09 e 10 de novembro no Museu Murilo Mendes (MAMM) da UFJF (veja programação abaixo).

Palestras e apresentações disputam a atenção de centenas de pessoas que esperam ser surpreendidas com performances inusitadas. “Temos já confirmadas as participações dos artistas e pesquisadores Lúcio Agra (SP), Michel Groisman (RJ) e Adilson Nascimento (Campinas)” conta a professora.

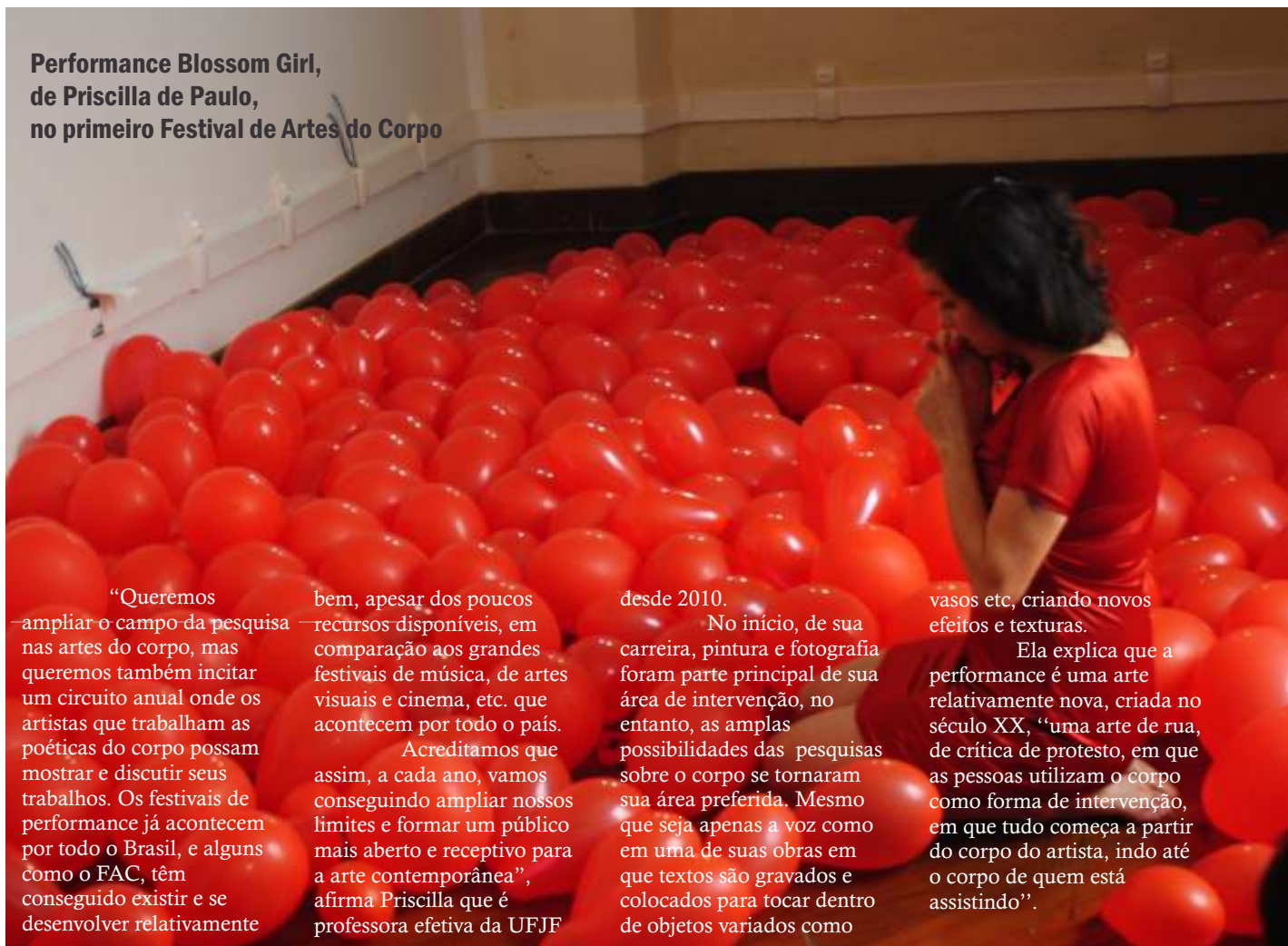
Ano passado, o evento teve um bom começo, com boa resposta de público, no entanto, a professora acredita que em novembro o FAC deve experimentar um crescimento significativo.

Priscilla organiza o festival junto com os companheiros do grupo de pesquisas ILEA (Intervenções em lugares, espaços e adjacências). O evento acaba por se tornar um espaço de aprendizado e extensão, com a participação de estudantes e docentes na organização.



Uma arte de rua, de crítica, de protesto, em que as pessoas utilizam o corpo como forma de intervenção, em que tudo começa a partir do corpo do artista, indo até o corpo de quem está assistindo

Performance Blossom Girl, de Priscilla de Paulo, no primeiro Festival de Artes do Corpo



“Queremos ampliar o campo da pesquisa nas artes do corpo, mas queremos também incitar um circuito anual onde os artistas que trabalham as poéticas do corpo possam mostrar e discutir seus trabalhos. Os festivais de performance já acontecem por todo o Brasil, e alguns como o FAC, têm conseguido existir e se desenvolver relativamente

bem, apesar dos poucos recursos disponíveis, em comparação aos grandes festivais de música, de artes visuais e cinema, etc. que acontecem por todo o país. Acreditamos que assim, a cada ano, vamos conseguindo ampliar nossos limites e formar um público mais aberto e receptivo para a arte contemporânea”, afirma Priscilla que é professora efetiva da UFJF

desde 2010.

No início, de sua carreira, pintura e fotografia foram parte principal de sua área de intervenção, no entanto, as amplas possibilidades das pesquisas sobre o corpo se tornaram sua área preferida. Mesmo que seja apenas a voz como em uma de suas obras em que textos são gravados e colocados para tocar dentro de objetos variados como

vasos etc, criando novos efeitos e texturas.

Ela explica que a performance é uma arte relativamente nova, criada no século XX, “uma arte de rua, de crítica de protesto, em que as pessoas utilizam o corpo como forma de intervenção, em que tudo começa a partir do corpo do artista, indo até o corpo de quem está assistindo”.

MOSTRAS FIXAS

CORPO CAPAZ
Felipe Costa Pedrosa | Juiz de Fora - MG

AUTOCASULO 1
Luiz Felipe de Souza Garboglio | Juiz de Fora - MG

BIOBJETOS: MODELOS TRIDIMENSIONAIS MITOGENÉTICOS DE MITOCÔNDRIA E DE SEU DNA
Elaine Bertozzi | Juiz de Fora - MG

IN/ CORPÓREO
Beatriz Viana Reis | Rio de Janeiro - RJ

GO DAI - AS CINCO MANIFESTAÇÕES DO SER
Fernanda Guedes, Gustavo Neri e Tiago Gandra
Juiz de Fora - MG

VÍDEOS E PROJEÇÕES

SÁBADO - 17:00

CASA DA COSTUREIRA
Ananda Bigueta Salomão, Luciana Maia, Fernanda Toledo, René Loui, André Ruland da Fonseca, Cláudia Mendes, Edson da Silva Rodrigues, João Paulo de Almeida Siqueira e Cynthia Rezende,
Juiz de Fora - MG

PEDRA MEIO CAMINHO
Erica Emel Tonato, Julia Vieira da Vieira, Leonardo de Almeida Ramos, Luiz Alencar Bodo dos Reis, Matheus Pereira da Silveira, Matthew de Senise Matiel e Reges de Souza Gomes | Juiz de Fora - MG

COM OLHOS BEM ABERTOS
Priscilla de Paula | Juiz de Fora - MG

OUVE O QUE EU NÃO DIGO
Karine Teixeira Gomes | Juiz de Fora - MG

8 NOVEMBRO - SEXTA

09:30 | Abertura e credenciamento MAMM

10:30 | **MESA CABEÇA**
- O que pode o sexo?
Rafael Ribeiro | Juiz de Fora - MG
- Intervenções “entre” espaciais: a performance no âmbito escolar.
René Loui e Renata Oliveira Castano
Juiz de Fora - MG
- Omnibus” pela democracia direta.
Eliisiana Frizzoni Candian | Juiz de Fora - MG
Eva Brandt | Siegen - Alemanha

11:00 | Performance Castelo
André Rubioli da Fonseca | Juiz de Fora - MG

12:00 | Almoço

13:30 | Performance
Reescrita de si / Incorporação 01
Raizza Rodrigues Prudêncio | Juiz de Fora - MG

14:00 | **PALESTRA**
“CORPO E ARTE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA - NOVAS CONFIGURAÇÕES”
VIVIANE MATESCO | UFF | Niterói - RJ

15:30 | Performance No Cair do Corpo
Sara Panamby Rosa da Silva e Filipe dos Santos Espindola | Rio de Janeiro - RJ

16:00 | Performance Ficando Invisível
Thaíse Luciane Nardim | Palmas - TO

16:30 | Cafézim

17:00 | Performance Vertigem
Raphael Couto | São Gonçalo - RJ

18:00 | Performance Leituras
Michele Carolina Silva | Perdizes - SP

19:00 | Performance Princípios
Lilian de Carvalho Soares | Rio de Janeiro - RJ

20:00 | **NAITAN - APRESENTAÇÃO DE DANÇA E MOSTRA FOTOGRÁFICA**
ADILSON NASCIMENTO | Campinas - SP

9 NOVEMBRO - SÁBADO

09:00 | **MESA CLAVÍCULA**
- Invasões Urbanas: Heterotopias Educativas.
Julia Junior Lotufo | São Paulo - SP
- A arte como “tecnico-arte”, ou a tecnologia como uma também arte?
Carlos Gonçalves Tavares | Juiz de Fora - MG
- Paisagem experimentada: sobre percursos do corpo na cidade.
Ana Emilia da Costa Silva | Rio de Janeiro - RJ

10:30 | Performance Remissão Y= X da Questão
Andreia Aparecida | São Paulo - SP

11:00 | **MESA MAMILO**
- Em defesa: A Sagração de Urubutun e o pássaro de carne.
Sara Panamby Rosa da Silva | Rio de Janeiro - RJ
- Narciso através do espelho.
Raphael Couto | São Gonçalo - RJ
- Os Devires Barrio.
Bruno Almeida | Rio de Janeiro - RJ

12:30 | Almoço

13:00 | Performance Arte e religião
Flávio Abreu | Juiz de Fora - MG

14:00 | **PERFORMANCE/WORKSHOP**
MICHEL GROISMAN | Rio de Janeiro - RJ

17:00 | Cafézim

17:00 | Projeção de vídeos e fotografias

18:00 | Performance CARNE
René Loui | Juiz de Fora - MG

18:30 | Performance Conversa em torno da mesa sobre corpos, facas e vagina.
Dally Velloso Lemos Schwarz
Rio de Janeiro - RJ

19:00 | Performance Sinais
Christiane Pereira Salas Roldan | Fortaleza - CE

20:00 | Performance Entretecer
Fernando Audmouc e Nahama Baldo | Rio de Janeiro - RJ e Belo Horizonte - MG

10 NOVEMBRO - DOMINGO

10:30 | **MESA FÊMUR**
- A saúde pública soteropolitana avalada no osso.
Carolina Erika Santos | Salvador - BA
- Ato e desato de um corpo improvável e criação em cena (subparitura e memória corporal)
Paulo Cozar da Silva | Vitoria - MG

11:30 | Performance
NÓS juntos vamos mais longe
Fernando Hermógenes Aguiar da Silva
São Joaquim de Bicas - MG

12:00 | **MESA CÔCCIX**
- A ampliação subjetiva do corpo através da Modificação Corporal irreversível.
Ramona Fonseca Poncio | Juiz de Fora - MG
- Vestígios.
Maria Cláudia Vargas | Brasília - DF
- Efeito (invisível) de real: re-representação em arte da performance.
Thaíse Luciane Nardim | Palmas - TO

13:30 | Almoço

14:00 | Foot Massage
Cristiana Nogueira Menezes Gomes e Valdinildo Martins da Silva | Santana - AP e Macapá - AP

15:00 | **PERFORMANCE**
LÚCIO AGRA | São Paulo - SP

16:00 | **PALESTRA**
“AS INCORPORAÇÕES DO CORPO”
JOÃO QUEIROZ | UFF

17:00 | Cafézim de encerramento II FAC

Artigo Uma experiência africana

A experiência no continente Africano!

Por Luiz Gibier
Professor
do ICH - UFJF
lgibier@yahoo.com

Professor relata experiência de vida no continente e relata suas belezas e dramas sociais

Recentemente retornei ao Brasil e à Universidade Federal de Juiz de Fora. Foram 15 anos fora e com minha volta, ainda continuo me sentindo estrangeiro, já que as mudanças por aqui foram muitas e a minha rede social de amigos precisa ser reconstruída. De qualquer maneira, eu acho que a possibilidade de enfrentar desafios continua sendo a grande questão da vida. Mais uma vez, eu estou aqui, neste novo momento de transição como docente, como psicólogo, consultor e como cidadão na era dos Ninjas e dos Black Blocs e tudo mais. Muitos sentimentos, uns bons, outros de inquietação, mas seguindo sempre para frente.

Me parece, que a primeira questão que preciso colocar, é que a África que eu conheço, esta dentro de mim, portanto, tudo é uma interpretação minha, então, não tenho compromisso com a verdade, e sim com o texto.

Dito isto, creio que nós brasileiros pouco sabemos do continente africano, o qual é lindo, grande, perigoso, cheio de confusões, etnias, rugas, talvez o último desafio estrutural do capital, o qual quer entrar em todas as fendas, expandir-se e deixar suas raízes. Aliás, a influência dos países do primeiro mundo e dos países em desenvolvimento sempre existe e existiu, basta ver que a China mantém regularmente apoio a todos os países que passei, em geral, apoiando na construção de infra estruturas, geralmente com o preço muito aquém do mercado internacional, porque usam como mão-de-obra prisioneiros com sentença criminal na China, os quais, vão trabalhar no exterior e assim abatem as suas penas legais enquanto convictos. (veja artigo - www.chinaafricarealstory.com). A China, como sabemos, apoia o continente em troca dos grandes recursos minerais, além da ampliação da sua balança do

comércio exterior.

Mia Couto, um grande poeta Moçambicano, disse que "a maior desgraça de uma nação pobre é que em vez de produzir riqueza, produz ricos".

De uma forma geral, gostaria de escrever rapidamente sobre dois grandes campos que certamente precisam melhorar no continente africano. Um aspecto é sobre a democracia, e o outro sobre o estudo sobre os índices de desenvolvimento humano nos países africanos. A pobreza é uma questão transversal ao continente africano.

Primeiro, a questão da consolidação dos governos democráticos. Dos vários países que passei, e que conheço mais ou menos bem, entre estes, Moçambique, África do Sul, Zimbábue, Tanzânia, Gana, Nigéria, Guiné Conacri, Congo Brazzaville e a Suazilândia, vejo que os representantes dos parlamentos são indicados pelos poderes executivos e, em alguns casos, eleitos. Os problemas dos sistemas montados pelos poderes vão desde a permanência de um sistema eleitoral fraudulento até a pouca prática do exercício da cidadania dos seus cidadãos.

Observa-se também que muitos políticos exercem as suas legislaturas mais descolados da realidade do cidadão comum, ainda mais que os políticos brasileiros. Então, o cidadão comum, vive o seu dia-a-dia e não percebe os efeitos positivos da prática da política.

No Brasil, a meu ver, vivemos uma crise na democracia também, pois na prática, o que existe é a pouca representatividade, de fato, da classe política, pois quando os políticos chegam ao poder, esquecem por que foram eleitos e começam a legislar por conta própria, defendendo interesses classistas, que em nada tem a ver com a realidade do cidadão comum (isso dito de uma forma geral).

Então, a diferença é que, aqui no Brasil, temos os movimentos de massa, reivindicatórios por natureza, junto com a difusão de informação pelos canais de comunicação que cada dia crescem e se transformam e, assim, observamos que é possível reverter algumas decisões que foram tomadas pela classe política. Dessa forma, vamos melhorando o nosso sistema. Nada acontece sem luta, sem gritos nas ruas e uma pressão sem fim para sermos ouvidos e

Baobás Moçambicanos



Eduarda Pimentel de Gusmão

respeitados. Até hoje, não acho nada mais desumano, do que ter pessoas esperando para serem atendidas nas unidades de saúde, as quais muitas vezes não têm médicos, equipamentos e medicamentos adequados.

Perdem-se vidas como se elas não valessem nada, o que contraria a própria beleza de tudo, pois a vida é o que tem de mais belo, mais lindo e mais singelo naquilo que fazemos.

Então, a velha África, precisa consolidar a sua prática democrática, com os movimentos de massas nas ruas, promover eleições diretas mais justas, e que os seus governantes não sejam simplesmente seduzidos pelo poder e pelos dólares e euros que chegam diariamente aos países africanos através dos doadores internacionais e agências de desenvolvimento. Presidente Mandela (não consigo chamá-lo de ex.) está entre os poucos líderes que passaram pelo poder, em vez de retê-lo a qualquer custo, como muitos outros.

A segunda questão que precisamos ver, esta relacionada a uma análise da qualidade de vida da população de cada país, por meio de um programa chamado Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o qual criou um instrumento chamado de Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH). Este instrumento consiste numa média que varia de 0 a 1 e analisa três aspectos: conhecimento (obtido por meio da média de anos de estudo da população adulta e o número esperado de anos de estudos); saúde (medido pela esperança de vida ao nascer); e renda (Renda Nacional Bruta per capita).

Conforme dados divulgados em Novembro de 2010 pela ONU, 42 das 169 nações pesquisadas possuem IDH muito baixo, ou seja, estão entre as 25% piores médias do planeta. Ao analisarmos a lista, fica explícito que o continente africano abriga os países com as piores condições socioeconômicas, pois, das 42 nações com IDH muito baixo, 35 são da África. Os 14 últimos países da lista são africanos. A lista vai desde a Guiné, Etiópia até a República Democrática do Congo e o Zimbábue. Veja link: www.mundoeducacao.com/geo/grafia/paises-com-idh-muito-baixo.htm.

O Brasil situa-se na posição 85 do ranking, portanto tem muito espaço para melhorar!

Dentro da minha visão, a questão da pobreza em muitos países, tendo como co-responsável a má gestão atual de muitos governantes, além da velha história que o continente

africano só servia para ser saqueado pelos colonizadores.

No momento atual, vemos que grandes desafios estão colocados pela frente na África e que os países em desenvolvimento devem continuar a apoiar áreas-chaves, entre elas, Saúde, Educação e a Consolidação dos Processos Democráticos, pois somente assim poderemos ver o continente mais equânime, que seja até simples, mas mais justo e que encontre seu lugar no mundo globalizado.

Para terminar, acho importante dizer que o continente africano tem muitas praias lindas, reservas de animais maravilhosas, comidas exóticas e preços acessíveis.

Aos que gostam de um bom vinho, realmente indico as vinícolas sul-africanas, principalmente a La Motte e Vergelegen na Província da Cidade do Cabo.

Sobre a minha vida pessoal, hoje vivemos cada um num lugar, minha companheira em Moçambique, a filha no Rio de Janeiro, o filho em Havana e eu em JF. Família moderna, sei não, mas que é diferente, com certeza!

O que eu acredito pessoalmente é em um mundo onde a Ética e o Compromisso Social sejam as bandeiras dos serviços públicos, num mundo em constante transformação.